

**No limite da lei: táticas de apropriação de imigrantes no cotidiano da cidade de Santos
(1870 - 1900)**

Bruno Bortoloto do Carmo¹

Na virada do século XIX para o XX a cidade de Santos estava nos holofotes por conta da abundante produção cafeeira que estava sendo escoada por seu porto, além do grande contingente de imigrantes e migrantes que entravam por ele, sendo um intenso fluxo de mercadorias e ideias.

Por conta do boom demográfico e econômico, a cidade passava por inúmeras contradições cotidianas, com territórios disputados e inúmeras visões do fazer urbano. Nesse período, algumas figuras começam a se destacar na documentação fiscalizatória; nomes como o dos portugueses Mathias Casemiro Alberto da Costa, Luiz Pinto d’Amorim, Francisco Ferreira Limbres, e do italiano Benjamin Fontana, repetem-se ao longo dessa documentação, visados por uma fiscalização municipal implacável no que diz respeito às normas de construções e higiene. Estes nomes protagonizavam principalmente as páginas dos relatórios de fiscalização higiênica.

A pequena quantidade de prédios existentes no centro urbano e o crescente número de pessoas que ali se estabeleciam fizeram com que o termo “cortiços” fosse, ao longo desse período, tomando forma e adquirindo diferentes significados e sentidos. Era como se as ações de fiscalização e suas respostas por parte dos proprietários e inquilinos fossem, aos poucos, forjando e modificando seu significado. Algumas das trajetórias desses imigrantes foram, de certa forma, efêmeras e discretas apesar de bastante lucrativas; já outras, como as de Benjamin Fontana ou Mathias Costa, marcaram o cotidiano da cidade com uma crescente disputa de poder por territórios em locais onde a cidade crescia e se desenvolvia.

Com isso, pretendo nessa comunicação discutir as diversas maneiras que a população trabalhadora e pobre morava e, principalmente, como esse elemento da habitação poderia render um crescimento econômico por parte das pessoas – em geral imigrantes – que exploravam esse tipo de moradias coletivas. Buscarei refletir, ainda, como em determinados momentos alguns desses proprietários eram perseguidos pela municipalidade e, em outros

¹ Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica e pesquisador do Museu do Café desde 2011.

momentos, penetrando no tecido social da elite local, encontravam apoio para conseguir ir além da lei, transgredindo-a.

CENTRO URBANO DIMINUTO: HABITAÇÕES COLETIVAS E AGLOMERAÇÕES

Entre 1870 e 1900 a cidade de Santos foi como um ímã de pessoas das mais variadas regiões do país e do mundo. As oportunidades de trabalho no interior de São Paulo, com cada vez mais fazendas de café que se instalavam ou ampliavam-se, faziam com que Santos fosse um importante ponto de passagem de mercadorias e pessoas. A cidade adquiriu posição estratégica com a instalação da ferrovia S. Paulo *Railway* em 1867, que facilitou a subida e descida dos aproximadamente 900 metros de Serra do Mar que separavam Santos do interior.

Santos passou, então, de pouco mais de 10.000 habitantes em 1870 para quase 90.000 habitantes em 1913². Entretanto, o número de casas existentes não acompanhou o crescimento populacional vertiginoso que experimentava Santos à época. Em um levantamento de 1883 feito por motivo de coleta do imposto predial, apresentava os seguintes números: 1271 casas térreas; 161 assobradadas; 218 casas de um andar; e apenas 12 casas de dois andares. Somavam-se, portanto, menos de 1700 edifícios na cidade de Santos³.

Blume (1996) nos ensina que prédios térreos, em geral, eram moradia de uma população despossuída, principalmente quando se tratava de “casinhas”, “quartinhos” ou “cubículos” em estalagens ou mesmo nos fundos de algum sobrado. Já as habitações de dois ou três andares, em geral, eram caracterizadas pelo comércio no térreo e os outros andares destinados à moradia de famílias ou empregados daquele estabelecimento.

Especificamente sobre as moradias de gente despossuída, a municipalidade santista começou em 1873 a utilizar em seu vocabulário o termo “cortiços”, quando teve aprovada pela Assembléia Provincial a primeira Postura que versava sobre a construção, lotação e natureza desse tipo de habitações. Eram apenas dois artigos que diziam que esse tipo de casas deveria ficar sujeito

² ESTADO de São Paulo. Prefeitura Municipal de Santos. **Recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de dezembro de 1913**. Santos, 1914. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a.htm>. Acesso em: 1 ago. 2019.

³ Dessas casas, 105 estavam isentas de imposto por se encontrarem fora do “perímetro urbano”. Sobre elas discutiremos mais adiante. Cf. Correio Paulistano. São Paulo, nº 7898, 20 de jan. de 1883. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

a inspeção dos fiscais da Câmara para que estes examinassem seu estado de asseio; além disso, não deveriam os cortiços ser habitados “por maior numero de individuos do que aquelle em que fôr lotado pelo presidente da Camara, á vista da capacidade de cada cubiculo”. Os proprietários que desobedecessem essas regras seriam multados em 10\$000, além de obrigados a “fasel-os desoccupar immediatamente” (SANTOS, 1873, p.119 e 119A).

O termo “cortiço” provém da caixa de cortiça, cilíndrica, na qual abelhas fabricam cera e mel; seu uso para habitação coletiva está relacionado, provavelmente, da associação dessas formas de moradia com as colmeias: “formadas por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas-operárias, que passavam o dia trabalhando em meio a intenso zumbido” (VAZ, 1994, p.81).

O entendimento dos cortiços coloca-se, então, como um local de grande acúmulo de pessoas, em geral trabalhadores e que possuíam uma moral e forma de viver dissonantes de como a elite considerava correto e civilizado. Suas representações na documentação pública, como nos jornais que circulavam pela cidade, em geral ressaltavam essas características:

QUE VALENTONAS!

Ante-hontem, pela manhã, em Santos, mais de vinte mulheres armadas de cacete, promoveram grande desordem, no cortiço da rua S. Leopoldo.

As terríveis puzeram em circulo quatro marmanjos, que apanharam cacete a valer.

As heroínas além da sova nos quatro poltrões, fizeram-lhe grande troça.

(CORREIO Paulistano. 28 fev. 1891, p.4)

A concepção dos “cortiços” – na prática – adquiriu um caráter bastante amplo. Englobando desde casas de prostituição, tavernas, botequins até as habitações coletivas: todas eram genericamente chamadas dessa forma, o que gerou uma “reeducação dos sentidos” já que, mesmo diferentes em sua essência, todos eram segmentos marginalizados e, conseqüentemente, tinham seus hábitos e costumes fiscalizados e policiados. “Muitas vezes o que era considerado promíscuo pelas autoridades sanitárias, não passava da única forma de sobrevivência possível numa cidade portuária como Santos” (BLUME, 1996, p. 87). A partir da década de 1890, adicionavam-se, ainda, as cocheiras-cortiços onde coabitavam mulas, cavalos e pessoas, dada a escassez de locais para viver.

Esse tipo de habitação também foi marcado por uma grande presença de imigrantes (em geral portugueses e espanhóis) que, quando conseguiam amear algum capital, lançavam-se como pequenos proprietários de estalagens, hotéis, além de construir ou adaptar prédios para pequenos “quartinhos” mobiliados. Estes quartos eram alugados para trabalhadores e suas famílias que, recém chegados à cidade, viam nesses locais um tipo de moradia pouco dispendiosa.

Como já dizia a Postura de 1873 que legislava esse tipo de moradia, tais locais deveriam ser observados pelos fiscais da Câmara Municipal no que dizia seu asseio e lotação máxima permitida. Apesar de muitos dos pequenos proprietários permanecerem anônimos, foi possível conhecer alguns dos principais corticeiros da cidade. Dentre eles estavam quartinhos “do senhor d’Amorim” e do “Limbres”, bastante citados nas rondas de fiscalização.

O português Francisco de Ferreira Limbres construiu seus quartinhos em 1873 na rua São Francisco de Paula. Por meio de uma fiscalização do fiscal da Câmara, é possível saber que o local possuía duas construções: uma de frente e outra de fundos. A da frente tinha 18 quartinhos e já estava sendo habitada; já a dos fundos possuía 26 destes ditos “cubículos”. Apesar da ausência de informações sobre este português, sabe-se – por meio de seu testamento, encontrado no Arquivo Municipal do Porto – que o senhor Limbres falecera em 1882 e deixara para sua esposa o rendimento daquelas casinhas; à época eram descritas como nove sobradinhos que rendiam 1 conto e 500 mil réis anuais.

As informações sobre o também português Luiz Pinto d’Amorim são ainda mais escassas, mesmo que suas incidências na documentação não sejam diminutas. Em maio de 1885 o senhor d’Amorim, construindo com seu irmão um cortiço na rua Octaviana⁴, conseguiu despistar a fiscalização dos fiscais da municipalidade.

Apresentando-me hoje a 1 ½ hora da tarde na obra em construção de quatro cortiços ou cazinhas na rua Octaviana pertencente ao Senhor Luiz Pinto d’Amorim, o qual não se achava presente; acompanhado das testemunhas abaixo assignadas, reconheci como tambem as mesmas testemunhas, estarem promptos dous, e os outros por concluir, e estando a trabalhar officiaes, porcurei informar-me se o trabalho que ahi se fazia era para conclusão dos mesmos; respondeu-me o official Antonio Gomes de Souza, não sêr por estar parada a obra; porem sim, que estavam lavrando e aparelhando madeiras para outras, á cargo do Senhor

⁴ A rua Octaviana em breve se tornaria uma das principais artérias da cidade, a Av. Conselheiro Nebias, o que talvez explicasse maior vigilância sobre o local.

Amorim. São estas as informações que pude obter. (SANTOS, Série 3.4.7, 1885, doc. 290)

Além das casinhas, sabe-se que Luiz Pinto d’Amorim possuía no mesmo período, para os lados da vila de São Vicente, um iate onde trazia gado da área continental para a região insular e o abatia em matadouro que mantinha em sociedade com Jacob Emmerich (AZEVEDO, 1972). Enquanto Limbres deixara a mulher os rendimentos das casinhas, d’Amorim foi além das divisas do centro urbano de Santos buscar oportunidades tão rentáveis quanto os quartinhos poderiam proporcionar, algo que a partir da década de 1880 começava a se tornar cada vez mais constante, gerando inúmeras disputas.

PARA ALÉM DO MONTE SERRAT: VILLA MATHIAS E O JABAQUARA

No dia 11 de maio de 1889, à 1 hora da tarde, um homicídio causou grande comoção na cidade Santos. Uma discussão na região da Vila Mathias na altura da recém-aberta Avenida Ana Costa encerrou de forma trágica, tendo sido o português Mathias Costa ferido mortalmente por um tiro na testa disparado por um dos irmãos Lima (A REGENERAÇÃO – SC. 21 mai. 1889, p.1)

Portando um revólver LaFaucheux de seis tiros cada um, Olívio e Antônio Baptista de Lima teriam interpelado Mathias por conta de uma picada que o português estava fazendo em terrenos que os irmãos diziam ser seus. Segundo testemunhas do crime, Olívio, acompanhado do irmão, teria pedido uma palavra a Mathias: “Pois não” - disse-lhe este - “mais de uma”. Olívio teria então se aproximado já com o revólver em mãos e, quando Mathias tentou segurá-lo pelo braço, disparou o revólver atingindo-o na testa e caindo imediatamente. (Tribunal Liberal - MA. 13 mai. 1889, p.3).

O assassinato de Mathias Costa correu a cidade rapidamente. Os irmãos Lima após o fato correram em direção à cidade, perseguidos por diversas pessoas aos gritos de “Assassinos! Mata! Mata!”

Populares indignados querião lyncha-los e apredejavão-nos, e elles, fugindo sempre ameaçavão com os revólvers engatilhados aquelles que se lhes approximavão. Finalmente, na praça José Bonifacio, pessoas do povo e praças de policia conseguirão prendê-los, conduzindo-os para a cadêa.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Antonio Lima vinha ensanguentado, de uma pedrada que o ferira na cabeça.
(JORNAL do Commercio – RJ. 11 mai. 1889, p.2)

Ainda com vida, o ferido teria sido levado para casa de seu cunhado José Paulo de Azevedo Sodré (filho), onde foi acudido pelos Drs. Motta e Silva e João Eboli, além de terem comparecido diversos amigos. Entretanto não havia nada que pudesse ser feito e, uma hora depois do disparo, falecia Mathias Costa.

O crime narrado na página precedente teve ampla divulgação em jornais e periódicos do Brasil inteiro. Todos eles, além da grande riqueza de detalhes dos instantes que envolvem a cena do crime, as notas sobre seu homicídio insistem em publicar sobre a proveniência familiar dos algozes de Mathias Costa: Antonio e Olívio Baptista de Lima são pertencentes de distintas famílias, o que aumentaria mais a consternação para com o desfecho da discussão. Mas antes de falarmos sobre os indigitados ao crime, falemos sobre o assassinado.

Mathias Alberto Casemiro da Costa, imigrante português, tinha à época de seu assassinato 36 anos incompletos, tendo nascido a 18 de novembro de 1853, em São João do Souto, distrito de Braga em Portugal. Tinha por irmãos José Alberto Casemiro da Costa e João Alberto Casemiro da Costa (FARIA;MONTEIRO, 2019). As notas fúnebres sugerem que Mathias veio ao Brasil “com poucos recursos”, trabalhando como caixeiro em casas comerciais, onde amealhou recursos e conseguiu juntar um capital de vulto. Em pouco mais de uma década na cidade de Santos, Mathias tornou-se comissário de café, empresário de uma linha de bondes, loteou terrenos para um bairro que levava seu próprio nome - a Villa Mathias; além disso, dois anos antes de sua morte, abriu a segunda avenida da cidade, que batizaria com o nome de sua esposa: Dona Anna Costa.

De fato, sabe-se pouco sobre os primeiros anos de Mathias em terras brasileiras. Por meio de minuciosa pesquisa feita pelo pesquisador Luiz Henrique Portela Faria no arquivo distrital de Braga, sabe-se que Mathias em 1870 - portanto com apenas dezesseis anos - pede autorização para o pai para vir ao Brasil; em seu passaporte estava anotado o porto do Rio de Janeiro como destino (FARIA;MONTEIRO, 2019).

Apesar destes primeiros anos de Mathias serem muito nebulosos, seu nome e bastante recorrente e, diferente dos pequenos corticeiros Limbres e d’Amorim, é possível persegui-

lo pela documentação e formular algumas hipóteses sobre seu enriquecimento. O nome de seu irmão, João Alberto Casemiro da Costa, já aparece nos jornais do Rio de Janeiro, pelo menos, desde o ano de 1867. A partir do ano de 1871, o mesmo irmão é registrado como passageiro de paquetes que faziam a navegação de cabotagem entre a corte e a cidade de Santos, aparecendo pelo menos em uma das ocasiões acompanhado de um escravo. Mathias, portanto, possivelmente veio ao Brasil na esperança de conseguir emprego com o irmão, sendo que este já mantinha contatos com a praça de Santos.

Nesse período, contraiu matrimônio com Anna Cândido de Azevedo (também conhecida como D. Anna Costa), filha do então capitão José Paulo de Azevedo Sodré, abastado fazendeiro de café da região de Maricá, também no Rio de Janeiro. Do seu matrimônio até o momento de sua mudança para Santos existe um lapso de informações; seu primeiro registro na cidade dá-se no ano de 1877, quando aparece nas atas da Associação Portuguesa de Beneficência como membro da diretoria, além de ter sido registrado como obreiro na loja Maçônica Fraternidade de Santos no mesmo ano (FARIA;MONTEIRO, 2019). Além disso, aparece como presidente da associação carnavalesca da elite santista intitulada “Club XV”, em 1879 (SOBRINHO, 1953, p. 132).

Estes registros levam a crer que Mathias em pouco tempo passa de um ilustre desconhecido a frequentador de círculos da alta sociedade santista. Se os registros nessas associações não são suficientes, uma nota já em 2 de março 1882 alertava à Praça que o sócio Mathias A. C. da Costa havia pago seus lucros e capital, dissolvendo assim a firma que girava como J. C. de Toledo & Cia (CORREIO Paulistano – SP, 2 mar. 1882, p.3), que negociava sal em Santos (SOBRINHO, 1953, p. 132). Dois anos mais tarde, em 1884, Mathias Costa em sociedade com José Ferreira dos Santos abriria a firma Mathias Costa & Santos com capital de 200.000 contos de réis para comissões de café, também na Praça de Santos. Ou seja, em pouco tempo, saía de sócio secundário para se tornar dono de firma própria.

Perseguir a constituição do capital de Mathias Costa é, também, contar sobre como Santos torna-se a cidade e porto do café. Apesar da construção da estrada de ferro São Paulo Railway em fins década de 1860 ter facilitado enormemente a descida da Serra do Mar e facilitado

a entrada e saída de gêneros para o interior de São Paulo via porto de Santos, a cidade não foi inundada de café imediatamente. Existia uma reclamação constante de que os fretes cobrados pela companhia Inglesa deixava o produto final muito caro⁵.

Entretanto, uma das características em uma das notas fúnebres de Mathias Costa eram suas “arrojadas especulações de café” (DIÁRIO de Notícias – RJ, 11 mai. 1889, p.2.) que lhe renderia a falência no ano de 1887, causando uma grave crise no mercado cafeeiro da Praça de Santos. Em nota do Correio Paulistano de 1885, transcrita integralmente do Diário de Santos, descreve uma manobra de Mathias: o português teria mandado comprar 500 sacas de café no porto do Rio de Janeiro, pago as custas de transporte para o porto de Santos (o que era consideravelmente caro), exportado pelo preço dessa Praça e ainda sim obtido lucro. Toda essa manobra serviria apenas para provar que em Santos era possível obter preços tão bons quanto no Rio de Janeiro para o mesmo tipo de café, algo que era contestado (CORREIO Paulistano – SP. 3 mar. 1885).

Como foi visto, Mathias era casado com a filha de um abastado cafeicultor de Maricá, no Rio de Janeiro, o coronel José Paulo de Azevedo Sodré. Possivelmente, esse período que morou na corte brasileira fez com que circulasse com facilidade em ambas as praças comerciais. Tal característica era normal entre os principais comerciantes santistas da época.

Todavia, uma característica que não era compartilhada pelos principais capitalistas da época era seu interesse na construção de moradias. Ao mesmo tempo que jogava com grandes capitais na compra e venda de café para exportação, lançava-se também no loteamento de um novo bairro que tinha o próprio nome: Vila Mathias. Diferente das novas áreas habitacionais da cidade, para onde a elite fazia seus bucólicos *chalets* para se refugiar da cidade (como é o caso do Embaré e Ponta da Praia) ou para construir suas pequenas indústrias (como é o caso da Vila Nova e Paqueta), a Vila Mathias aparecia como um grande lançamento, munida de planta com ruas, avenidas e praças⁶ e grande propaganda em diferentes jornais de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro de suas comodidades (GAZETA da Tarde – RJ. 15 abr. 1886, p.2).

⁵ Essa reclamação persiste ao longo de todo o século XIX, sendo um dos motivos para a criação de um ramal ferroviário que chegasse até o porto de Santos e quebrasse o monopólio inglês, que só aconteceria em 1937.

⁶ Infelizmente a planta mencionada na documentação nunca foi encontrada.

Apesar de seu empreendimento ter contornos elitizados, sabe-se que as primeiras moradias construídas naquele local eram bastante singelas e dedicadas a patrícios portugueses de baixa renda recém-chegados à cidade, à semelhança dos cortiços combatidos pela municipalidade no centro urbano. Desta forma, Mathias adquiria lotes de terras por diversos meios construía e alugava pequenos quartos mobiliados (LANNA, 1996, p.100). Esse procedimento já era bastante comum no centro da cidade, e inclusive no período em que lançou a empreitada da Villa Mathias - meados dos anos 1880 - a municipalidade lançava forte investida contra as habitações coletivas que cada vez mais aglomeravam pessoas nos pequenos prédios no centro da cidade.

Nesse processo, entrou em inúmeros conflitos: seja com os donos de terrenos vizinhos, seja com a poderosa Companhia City que detinha o monopólio de transporte, água e luz na cidade de Santos. Antes que se entre naqueles conflitos de terrenos, que levaram à morte do português, é importante entender o conflito que teve com a companhia inglesa e como a infiltração de Mathias Costa no tecido da elite santista foi importante para que obtivesse sucesso em suas empreitadas.

A *The City of Santos Improvements Co.*, com capital internacional desde 1881, herdava o contrato de transporte de bondes de passageiros e cargas da antiga Companhia de Melhoramentos de Santos assinado no ano de 1872. A companhia inglesa incrementou não só o transporte de cargas no porto de Santos, como também ligou pela primeira vez a região portuária da cidade com a sua Barra, facilitando a chegada das poucas pessoas da elite que moravam naquela região.⁷ Existia uma simbiose entre municipalidade e Companhia Melhoramentos na primeira década de seu funcionamento, fazendo com que em todas ocasiões de novas linhas fossem comemoradas como um passo adiante em direção à modernidade de Santos.

Entretanto, o casamento entre poder público e companhia inglesa durou pouco e em 1886, as iniciativas para duas novas companhias de carris de ferro na cidade de Santos foram encampada pela Câmara Municipal e aprovadas, apesar da ilegalidade das propostas e todos os protestos da companhia inglesa. Por um lado, o português Mathias Costa buscava trilhos que

⁷ O próprio gerente da Cia. City nos anos 1880, o inglês H.K. Heyland estabelece residência na praia da Barra.

levassem à sua recém-criada Vila Mathias; por outro estava um conglomerado de pequenos industriais da região do Vila Nova e Paquetá encabeçados pelo médico italiano João Éboli.

A empresa Carris de Ferro de Éboli – e aqui talvez resida a força onde o Mathias se fiou para conseguir valer sua companhia de bondes – trazia como acionistas nomes como o de Francisco Martins dos Santos Junior e o Major Joaquim Xavier Pinheiro (Correio Paulistano – SP. 10 ago. 1887, p.2). O primeiro era membro de importante e tradicional família Martins dos Santos⁸, e possuía um trapiche na região do Paquetá; o segundo, importante negociante local e que possuía desde pelo menos a década de 1860 uma fábrica de cal naquele mesmo bairro. Por fim, porém não menos importante: ambos foram vereadores da Câmara Municipal na legislatura anterior, de 1883 a 1886⁹.

Esses são um dos indícios que ajudam a entender como a Cia. City, mesmo tendo lançado mão de todos os argumentos e armas possíveis, não teve êxito em barrar essas novas iniciativas, tendo sido as duas companhias de bondes implantadas e lançado seus trilhos, funcionando normalmente ainda no ano de 1887¹⁰. Isso mostrava que a municipalidade trabalhava no limite da legalidade – transgredindo-a impunemente em alguns casos – quando era do seu interesse (em geral colocado como “interesse público”) e de alguns de seus membros.

Nos conflitos de terras para abertura de sua Vila, Mathias Costa também veio com a mesma força. Desde as primeiras ruas abertas, o português se viu ferindo interesses de antigos proprietários da região onde tentava estabelecer seus lotes, como foi o caso da família alemã Emmerich e o italiano Benjamin Fontana (ATAS da Camara, 23 de fev. de 1886, p. 1).¹¹

⁸ Era na “chácara dos Martins” que o Clube XV se reunia, agremiação a qual Mathias Costa fazia parte, fazia suas reuniões.

⁹ A concessão de bondes de ambas companhias foi dada pela municipalidade de Santos no dia 22 de dezembro de 1886, no apagar das luzes daquela legislatura. Cf. Correio Paulistano. 23 set. 1888, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰ A Cia. City ainda obteve ganho de causa por parte do Governo Provincial no ano de 1888, mas recebeu uma lacônica resposta da municipalidade santista sobre a impossibilidade de cumprimento do despacho da presidência da província que anulava as concessões, visto as companhias já se encontrarem em funcionamento. Correio Paulistano (SP). 10 ago. 1887, p.2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹¹ ATAS da Camara, 1ª Sessão – 5ª reunião ordinária em 23 de fevereiro de 1886, p. 1. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Os Emmerichs eram uma família com muitas posses e empreendimentos em Santos e São Vicente. O marido de Felippina, o alemão Jacob Emmerich se estabeleceu na cidade de Santos por volta da década de 1830 (SOBRINHO, 1953, p.92), aparecendo vinte anos depois como ferreiro e construtor¹² e, mais tarde, em 1876, em uma sociedade junto com o tropeiro alemão Henrique Ablas com uma linha de diligências tiradas por animais sobre trilhos de ferro intitulada Carris de Ferro da Vila de São Vicente, sob a firma Emmerich & Ablas¹³.

No requerimento em questão, alude-se uma questão referente ao “pasto dos vigários”, mais conhecido como “das vigárias” pois durante muitos anos pertenceram a um grupo de religiosas freiras e que foi passada à família Sacramento Macuco que, em seguida, vendeu este trecho à família Emmerich. O memorialista Francisco Martins dos Santos escreveria em 1930 o seguinte sobre essa área:

[...] região próxima à Villa Mathias, junto à Avenida Anna Costa, chamada "Pasto das Vigarias" por pertencer desde tempos remotos a trez irmãs muito religiosas que o povo assim denominava, "pasto" que dava fundos para o pequeno morro também denominado "das Vigarias", depois "do Lima" e hoje sob demolição e em vésperas de completo desaparecimento. (SANTOS, 1937, p.120-121)

A região discutida nesse requerimento enviado por Felippina Emerich e Benjamin Fontana foi, muito provavelmente, a mesma onde Mathias Costa foi morto. O pequeno morro descrito no trecho acima como “do Lima” coincide com o local de disputa, reclamado pelos irmãos Antonio e Olivio de Baptista Lima, este último casado com D. Catharina Emmerich no mesmo ano de 1879¹⁴.

¹²“Na rua do Rosario n. 57 na officina de Jacob Emmerich, tem para vender um guindaste prompto para suspender com duas pessoas pezo enorme e move-se por um carro em que está collocado, obra bem feita, e por preço commodo assim mais algumas carroças baixas e altas.” Cf. O Mercantil (SP). 27 ago. 1851, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹³ É importante notar que à época houve uma discussão na Assembléia Provincial sobre possível interferência no contrato de concessão da então Companhia Melhoramentos, no entanto foi observado que a Cia. Emmerich & Ablas de bondes figurariam como uma estrada intermunicipal, não ferindo o direito da companhia inglesa. Diario de S. Paulo (SP). 2 mar. 1873, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴ “Casou-se, em Santos, o sr. Olivio Baptista de Lima com a sra. D. Carolina Emmerich de Lima”. Jornal da Tarde (SP). 1 fev. 1879, p.2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A outra parte nas contendas contra Mathias era Benjamin Fontana, um italiano que teria se estabelecido em Santos pelo menos desde o começo de 1860¹⁵. Entre os anos de 1866 a 1870 aparece estabelecido com o Hotel Garibaldi, na seção Hotéis, Hospedarias e Casas de Pasto do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (ALMANAK, 1866 – 1870). Botequins como os de Fontana, assim como outros tipos de possíveis locais que pudessem se tornar locais de aglomeração de pessoas, começaram a se tornar um foco da administração pública nesse período. No mesmo almanaque, o italiano conta com uma Olaria (ALMANAK, 1876 – 1885) para fabricação de tijolos na região do Jabaquara, onde possuía terras “pró-indivisas” com os Emmerich, por isso apareciam em conjunto no protesto contra Mathias nas terras que reclamavam.

Benjamin Fontana, junto com os Emmerich, denunciou Mathias Costa por ter invadido seus terrenos com “numerosa gente armada”, onde ali expulsaram pobres trabalhadores lavradores e destruíram diversas bem-feitorias feitas no local, tais como pomares (JUÍZO, 1887, p.6). O italiano diz ter adquirido por meio de compra as terras do Jabaquara em 1868, dois anos após ter publicado folheto propagandístico contra a escravidão no qual propunha libertar escravos por meio de um fundo arrecadado por irmandade e dar-lhes ocupação para que não caíssem em completo ócio¹⁶.

No Jabaquara, na época da contenda entre Mathias, Fontana e os Emmerich, localizava-se o conhecido Quilombo que formara-se e era menina dos olhos do movimento abolicionista e republicano santista¹⁷. Naquele local, negros e pardos fugidos viviam longe do centro urbano, em casinhas de madeira com telhado de zinco de um cômodo com porta e janela; ali, havia roças de subsistência feitas pelos moradores, o que lhes dava certa independência da vida

¹⁵ Sua primeira aparição na documentação é com um direito de resposta publicado em 1864 no Correio Paulistano, contra artigos difamatórios escritos na Revista Comercial de Santos, onde ele próprio cita a “Questão Fontana em Santos”; entretanto não foi possível rastrear sobre o que se tratava. Correio Paulistano (SP). 30 out. 1864, p.3. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁶ “Extinguir-se-ha a escravidão, mas de maneira que se concilie a justiça para com todos. Extinguir de repente a escravidão, importaria um caos de desgraças tanto para os senhores como para os escravos. Estes pela maior parte brutos, sem precisões e sem intelligencia desfrugariam a liberdade no ocio, na miseria e no crime, e assim faltando a actividade em uma parte da machina da sociedade brasileira [...]” Cf. FONTANA, 1865.

¹⁷ Tanto que os defensores de Fontana e dos Emmerich na contenda cível contra Mathias Costa eram os Drs. Inglez de Souza, Tito Rodrigue e Heitor Peixoto, conhecidos advogados do movimento abolicionista da cidade.

das jornadas assalariadas que o porto e o comércio poderiam render¹⁸; em outras palavras, em parte desse terreno figuravam bem-feitorias que os homens armados de Mathias Costa teriam botado abaixo para tomar-lhes e adicionar-los como parte da florescente Villa Mathias.

Benjamin Fontana tinha ótimo relacionamento com a elite abolicionista santista da época – inclusive foi defendido por advogados que compunham aquele grupo, como Heitor Peixoto e Inglez de Souza – entretanto era também conhecido na cidade por seus empreendimentos habitacionais à semelhança de cortiço que figuravam na documentação fiscalizatória. Ironicamente, entre os anos de 1896 e 1897, os casebres que compunham o antigo Quilombo do Jabaquara foram elas próprias consideradas como “inapropriados” e “insalubres, sendo exigida sua demolição visando a ampliação da rua Rangel Pestana:

[...]

Communicou finalmente ter em dias da semana passada, baixado portaria ao inspector do 2º districto que acompanhado de pessoal se dirigisse ao local desapropriado (rua Rangel Pestana) e demolisse os pequenos cazebres, que demoravam no centro da rua pertencentes a municipalidade, o que foi e está sendo executado, recolhendo-se o material prestavel ao deposito publico, sendo esta demolição levada a effeito apos a respectiva intimação judicial dos moradores d’esses casebres (ATAS, 13ª Sessão Ordinária. 5 mai. 1897, p. 52A-54)

Nessa disputa com a então Intendência Municipal, Fontana utilizou das mesmas armas que Mathias Costa: convocando homens armados para intimidar a turma de trabalhadores que abririam a avenida Av. Rangel Pestana até o Morro do Jabaquara. Estes trabalhadores instalariam ali uma linha de bondes para um empreendimento de outro português: Luiz José de Mattos e sua “Nova Cintra”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁸ PEREIRA, Matheus Serva. Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. **Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História), niversidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p.11. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1488.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Morar na cidade de Santos tornou-se algo bastante penoso nas décadas de 1880 e 1890, sendo que a dificuldade de muitos virou a oportunidade de enriquecimento de tantos outros. Os portugueses Limbres e d'Amorim acumularam um capital considerável com seus quartinhos, mas em nenhum momento a documentação demonstrou que estivessem inseridos no tecido da elite local.

Por outro lado, Mathias Costa e Benjamin Fontana souberam se relacionar com pessoas de prestígio e bem estabelecidas na cidade. Essa entrada fazia com que o peso da lei diminuísse contra possíveis desvios de conduta em seus empreendimentos. Mesmo assim, ambos não se fiavam apenas em seus amigos da elite: é possível observar um duplo movimento, também se anconrando em anônimos da classe trabalhadora que atuavam em seu favor em momentos de conflito: seja para invadir as terras alheias, ou impedir uma construção que lhes desagradasse ou até em uma perseguição a algozes a gritos de “Mata! Mata!”.

A municipalidade não era única nem isenta de interesses. Tais relacionamentos mostram uma cidade complexa, com uma elite dirigente que atua conforme seus interesses e que muitas vezes divergem em determinados grupos – abolicionista ou negociante e industrial. Uma complexidade que abrange a necessidade de um quilombo de costas para cidade, com roças e pomares, e ao mesmo tempo exige a expansão da malha urbana e de ruas, conforme os negócios do café começava a ditar o ritmo da pacata Santos.

FONTES E REFERENCIAS

I – Documentais

ESTADO de São Paulo. Prefeitura Municipal de Santos. **Recenseamento da cidade e municipio de Santos em 31 de dezembro de 1913.** Santos, 1914. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a.htm>. Acesso em: 1 ago. 2019.

FONTANA, Benjamin. **Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brazil.** Salvar a propriedade e educar os libertos afim de serem cidadãos uteis. Santos: Typographia Commercial, 1865. Disponível em: <http://bit.ly/2xAgztJ>. Acesso em: 9 jul. 2019.

JUÍZO Cível da Comarca de Santos. **Acção de Esbulho**. Autores: D. Felippina Emmerich, Benjamin Fontana e sua Mulher. Réus: Mathias Costa de Azevedo, Samuel Alves de Azevedo e suas mulheres. Santos: Typographia a vapor do “Diario de Santos”, 1887.

Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Officios, 1873, p.119 e 119A.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Relações de ocorrências da fiscalização. Documento 290, Série 3.4.7.

ATAS da Camara, 1ª Sessão – 5ª reunião ordinaria em 23 de fevereiro de 1886, p. 1.

ATAS da Intendência, 13ª Sessão Ordinária. 5 mai. 1897, p. 52A-54

Códigos de Posturas – 1870, 1883 e 1897.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ). 1866-1885.

A Regeneração (SC). 21 mai. 1889, p.1.

Correio Paulistano (SP). 30 out. 1864, p.3.

Correio Paulistano, 2 mar. 1882, p.3.

Correio Paulistano (SP). 20 de jan. de 1883.

Correio Paulistano (SP). 3 mar. 1885, p.3.

Correio Paulistano (SP). 10 ago. 1887, p.2.

Correio Paulistano. 23 set. 1888, p.1.

Correio Paulistano. 28 fev. 1891, p.4

Diario de Notícias (RJ), 11 mai. 1889, p.2.

Diario de S. Paulo (SP). 2 mar. 1873, p.1.

Gazeta da Tarde (RJ). 15 abr. 1886, p.2.

Jornal da Tarde (SP). 1 fev. 1879, p.2.

Jornal do Commercio (RJ). 11 mai. 1889, p.2.

O Mercantil (SP). 27 ago. 1851, p.4.

Tribunal Liberal (MA). 13 mai. 1889, p.3.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. Moradia da população pobre no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2011, p.87. Disponível em: <http://bit.ly/2XDMFzI>. Acesso em: 9 jul. 2019.

VAZ, Lilian Fessler. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro**. Análise Social, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 581-597. Disponível em: <http://bit.ly/2XxsSkN>. Acesso em: 9 jul. 2019.

AZEVEDO, Edison Telles de. **Vultos Vicentinos - Subsídios para a História de São Vicente**. São Vicente: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais S.A. (S.Paulo/SP), 1972.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

FARIA, Luiz Henrique Portela; MONTEIRO, Thalita di Bella Costa. **A cidade rumo à Barra: a expansão urbana de Santos e o desenvolvimento da Vila Mathias.** IN: FARIA, Luiz Henrique Portela; PEREIRA, Maria Aparecida Franco (orgs.). Santos na modernidade capitalista (1870-1930): novas abordagens e releituras de velhas fontes. São Paulo: E-Manuscrito, 2019.

SOBRINHO, Costa e Silva. **Santos Noutros Tempos.** São Paulo: ???, 1953, p.132.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870 – 1930.** São Paulo: Hucitec, 1996, p.100.

SANTOS, Francisco Martins. Historia de Santos. São Paulo: EMPRESA GRAPHICA DA “REVISTA DOS TRIBUNAES”, 1937, p.120-121. Disponível em: <http://bit.ly/2G3OTSH>. Acesso em: 9 jul. 2019.

PEREIRA, Matheus Serva. Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. **Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p.11.